

Educação Política no Brasil – um panorama

Humberto Dantas

Resumo

O presente artigo busca constituir um panorama geral da educação política no Brasil. Sem o intuito de esgotar o assunto, sua abordagem está dividida em 12 linhas específicas que tratam de estabelecer compreensões conceituais, mas principalmente compromissos de distintas áreas que atuam em torno de tal causa. A partir de um princípio constitucional associado à ideia central de compromisso estatal com a educação para o “exercício da cidadania”, o trabalho procura dialogar com ações e organizações do primeiro, segundo e terceiro setores. Exemplos de diversas atividades são ofertados, assim como o artigo se utiliza de todo o conjunto de trabalhos desta edição de Cadernos para reforçar os argumentos de que, a despeito de não estar consolidada como política pública em âmbito nacional, não falta à busca por amadurecimento da Democracia no Brasil uma série de iniciativas no campo da educação política.

Abstract

This article seeks to provide an overview of political education in Brazil. Without the intention of exhausting the subject, its approach is divided into 12 specific lines that try to establish conceptual understandings, but mainly commitments from different areas that work around this cause.

Starting from a constitutional principle associated with the central idea of state commitment to education for the “exercise of citizenship”, the work seeks to dialogue with actions and organizations from the first, second and third sectors. Examples of various activities are offered, and the article draws on the entire body of work in this issue of Cadernos to reinforce the arguments that, despite not being consolidated as a public policy at national level, there is no shortage of initiatives in the field of political education in the search for the maturing of democracy in Brazil.

Introdução

O objetivo desse texto é trazer uma contextualização da Educação Política no Brasil, com alguns resgates históricos e uma percepção ampla sobre uma série de espaços onde ações desse tipo tem ocorrido. O compromisso não é encerrar o debate sobre a temática, contemplando sua absoluta realidade, mas contextualizar parte dos principais atores, estratégias e ações que em larga medida contribuem para o fortalecimento da Democracia no país.

Em 1988, o Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (IBEAC) lançava a primeira edição de um curso de Formação Política composto por nove aulas distribuídas em textos sob o formato de um livro e duas fitas em VHS somando 180 minutos de gravação. Ao todo, cinco professores que comporiam o departamento de Ciência Política da USP, um do departamento de economia, o ex-governador Franco Montoro, assinando dois textos, e o hoje vice-presidente da República entre os professores / autores. Trata-se, provavelmente, do mais emblemático material histórico de educação política do Brasil desde a redemocratização. Em 1987, por sua vez, nascia o Movimento Voto Consciente, que para além de acompanhar por décadas o trabalho da Câmara Municipal de São Paulo e se estender em rede por centenas de cidades do país, disseminava conteúdos de educação política em empresas e escolas por meio de palestras, inicialmente ministradas por vo-

luntários. Tais esforços estão diretamente relacionados ao que se pode compreender como a década política mais relevante do Brasil, os anos 80 do século XX (DANTAS e TORELLI, 2024).

É também em 1988 que o Brasil promulga sua atual Constituição Federal, onde o artigo 205 espelha o compromisso do Estado com a temática da formação política:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 205, 1988, grifo nosso)

Fosse este compromisso com a Cidadania consolidado enquanto política pública formal e a diversidade de exemplos e desafios trazidos por este texto não estaria aqui impressa. A realidade é bastante diferente e tem origem, dentre outros, em desafios de natureza ideológica. O Estado brasileiro confundiu, em diferentes governos, em distintas épocas, educação com doutrinação quando o assunto esteve associado ao ensino da política em sala de aula.

Getúlio Vargas utilizou-se de um louvor a sua figura em materiais didáticos como exemplo nítido do que ditadores fazem em torno da extração de sua própria imagem em atividades escolares (NETO, 2013). O período 1946-1964 seria diferente, e sob a figura de Anísio Teixeira, esforços seriam empreendidos no sentido de compreender a escola como espaço para o ensino, a experimentação e a idealização dos princípios da Democracia (TEIXEIRA, 1997). O período foi sucedido por uma ditadura que durou até 1985 e se utilizou de semelhantes estratégias varguistas, formulando o ideal de louvor à pátria a partir da subversão de conteúdos escolares que viriam a caracterizar as disciplinas de “Educação Moral e Cívica” e “Organização Social e Política Brasileira (OSPB)” como epicentros da estratégia governamental nas escolas. As cadeiras já existiam, e é importante salientar que desde o Brasil Repúblicano já se verificavam es-

forços para a consolidação de conteúdos associados a princípios políticos em sala de aula (SANTOS, 2010). Merecem atenção especial na tentativa de compreensão histórica desse compromisso no país, os textos de João Francisco Resende (2010) e Andressa Pellanda (2016).

O ponto mais desafiador é que com o fim da ditadura cívico-militar no país, e o processo de redemocratização, parece possível se partir da hipótese, bastante perigosa, de que “todos os brasileiros queriam a democracia” e compreendiam minimamente bem seus princípios essenciais a partir das movimentações das Diretas-Já e do processo constituinte. Engano. Uma democracia se faz a partir da formalização de conteúdos escolares básicos, segundo ampla gama de pensadores que podem ser resumidos, por exemplo, em textos como Dantas (2007 e 2017) e Santos (2018).

Ainda assim, para determinados setores da esquerda existia a equivocada (à luz de uma realidade democrática) e forte desconfiança de que disciplinas voltadas à educação política, a partir das experiências doutrinárias de cerca de vinte anos das distorções de Educação Moral e Cívica e de OSPB, serviriam para legitimar governos, políticos e partidos de forma enviesada. Para parte desse segmento, à ocasião no Brasil, política se aprendia na prática cotidiana das ruas e das lutas por causas diversas – como se todos os brasileiros entendessem o que a Democracia significava e estivessem imbuídos de por ela lutar.

Enquanto isso, em certos segmentos da direita, sobrevive até hoje a questionável ideia de que professores são agentes doutrinadores com fortes tendências à esquerda, o que leva à ideia de que política se “aprende em casa”, a partir da atuação de “famílias que protegem seus filhos de ideias comunistas” – como se os cidadãos adultos, em geral, entendessem muito de política (ver MARTINS JR. e DANTAS, 2004). Aqui, o Movimento Escola sem Partido talvez seja o exemplo mais emblemático, sendo possível compreender algo sobre ele a partir da obra “A ideologia do Movimento Escola sem Partido” (AÇÃO EDUCATIVA, 2016).

Este cabo de guerra ideológico teria terminado empatado, sendo possível observar que as dificuldades desde a promulgação da Constituição Federal, até hoje, foram muitas para disseminar a política

em sala de aula como elemento fortalecedor da Democracia. Corrobora esta ideia, as percepções de Santos (2018) de que as dificuldades da educação política no Brasil estão associadas: a) à “ausência de formação inicial e continuada para o magistério”; b) à “inexistência de materiais curriculares de orientação e de materiais didático-pedagógicos (...) que abordem os conteúdos da educação política”; c) aos “esforços de gestão pedagógica e de prática de ensino nas áreas de língua portuguesa e matemática como forma de responder às dinâmicas de avaliação externa que privilegiam essas disciplinas no currículo” e; d) à “dinâmica política de polarização ideológica”.

Mas algo precisa ser dito sobre a educação política no Brasil: leis e desenhos de políticas públicas tratam, mesmo que de forma questionável e merecedora de debate acurado, as temáticas centrais. Exemplos: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Base Nacional Comum Curricular, os debates sobre as versões a serem constituídas do Ensino Médio, os desenhos para a volta da Sociologia e da Filosofia às escolas na década retrasada etc. Em resumo: existem tentativas e construções, sendo possível encontrar em materiais didáticos oficiais, sobretudo em nível subnacional, algo acerca dos conteúdos políticos minimamente necessários. Mas é o suficiente? Não. E para tanto, este texto está dividido em rápidas seções que buscam compreender por onde a sociedade brasileira tem assistido ações de educação política, debatendo seus desafios e buscando avançar em compromisso fundamental à democracia. Dessa forma, 12 temas serão desenvolvidos de forma resumida, e sucedidos por uma conclusão. Tais temáticas demonstram uma mescla importante entre definições de educação política, desempenhos de papéis institucionais e políticos, ações efetivamente executivas motivadas por diferentes razões e narrativas etc.

1. Definição de Educação Política

O primeiro grande desafio está associado aos esforços empreendidos no sentido de se compreender o que de fato se entende por

“Educação Política”. Que espaço é este? Quais os principais conteúdos aqui trazidos? E quais os limites para se compreender o que se está tentando delimitar? No campo da Educação, no Brasil é de Rildo Cosson o esforço maior para a compreensão do conceito de “Letramento Político” como área do saber e do fazer educacional a ser desenvolvida e garantir conteúdos essenciais à Democracia, principalmente, nas escolas. A obra de 2011, “Letramento político: trilhas abertas em um campo minado”, bem como “Letramento político: por uma pedagogia da democracia” (2010) servem de exemplos.

Ainda no campo da educação, Alexsandro Santos Nascimento, que por vezes aparece na bibliografia como Santos, em outras como Nascimento, empreende esforços no sentido de apreender o que significa educar politicamente e quais os maiores desafios para se levar adiante conteúdos dessa natureza em sala de aula no Brasil, tendo a formação de professores e a constituição de materiais didáticos de qualidade como os maiores desafios executivos. A já citada obra de 2018, nomeada “A Escola Básica e a Educação Política para a Cidadania: provocações para um debate necessário” (Santos), e o capítulo “Uma promessa não cumprida da democracia – fragmentos para uma história da educação política na escola básica brasileira” (2021) servem de exemplos para ilustrar as contribuições do autor para este debate.

Na Ciência Política, Humberto Dantas empreende esforços no sentido de compreender, sem os rigores técnicos da Educação, o que entende como fundamental para o desenvolvimento da Democracia a partir de ações de natureza educativa. Duas obras contribuem para este debate à luz daquilo que o autor entende ser Educação Política: em 2007, o já citado capítulo “Democracia e Cidadania: consciência e participação” e em 2017 o livro “Educação Política”, que inclui relevante texto sobre a ética suprapartidária como elemento fundamental da prática defendida pelo autor.

Em meio a este debate, uma contribuição relevante vem do campo da Administração Pública, com um texto que se tornou referência para os desafios da Educação Política. Luiza Jardim publicou, em 2018, o artigo “O que se entende por educação política no Brasil?” na Revista

Parlamento e Sociedade, da Câmara Municipal de São Paulo. A autora busca compreender diferenças e delimitações entre termos como Letramento Político, Educação Política, Educação para a Democracia e Educação para a Cidadania. Seus esforços se tornaram balizadores para vários debates e o trabalho aparece em teses e dissertações de mestrado que empreendem esforços para tratar do tema daquilo que, aqui, está sendo tratado por Educação Política.

2. Organização de volumes de revistas acadêmicas sobre Educação Política

Otra seção que merece atenção nos debates sobre o tema no Brasil está associada a uma quantidade de revistas acadêmicas que dedicaram volumes temáticos exclusivos para este assunto. Nestas edições, quantidade significativa de trabalhos apresentados, que mesclam diversos autores e autoras de diferentes centros e realidades, e buscam compreender ações práticas, debater políticas públicas, definir conceitos, apreender a visão de segmentos da sociedade sobre Democracia etc. Destaque aqui para as respectivas bibliografias e uma quantidade bastante expressiva de trabalhos.

A revista Cadernos Adenauer, da Fundação Konrad Adenauer, em 15 anos, organizou três volumes específicos sobre a temática. No primeiro deles, de 2010, sob o título “Educação Política: reflexões e práticas democráticas”, dez textos que mesclavam conceituações, históricos, ações práticas de diferentes atores e a visão de jovens sobre o desafio de se educar para o exercício da democracia. No segundo volume, denominado “Educação Política no Brasil: reflexões, iniciativas e desafios”, lançado em 2016, um total de quinze textos inéditos que ofertavam a dimensão de uma diversidade de ações que se expandiram, ou ao menos se aproximaram entre si, em curto espaço pouco superior a meia década. O terceiro volume é este aqui, que com dez textos, reforça o compromisso da publicação com um debate estratégico para os objetivos e valores da Fundação Konrad Adenauer.

A revista Parlamento e Sociedade, da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, reservou cinco volumes para o tema da educação política entre 2018 e 2023. Em parte desses esforços a ideia de se promover seminários com os autores, que se dividiram em temáticas semelhantes àquelas debatidas em Cadernos Adenauer. O primeiro volume, em 2018, é denominado “Educação Política para a Cidadania, Juventudes e Democracia” e conta com seis artigos. Em 2021, dois volumes na sequência, denominados: “Educação Política em perspectiva aplicada” e “Desafios atuais da Educação Política no Brasil”. Por fim, em 2023, nova rodada de um par de revistas, sob os títulos: “Políticas públicas e ações de Educação Política” e “Comportamento político e valores democráticos”. Ao todo, 33 textos que traduzem uma diversidade essencial ao debate sobre a temática central.

Em 2011, a Revista E-Legis, ligada ao Centro de Formação da Câmara dos Deputados, dedicou seu volume 4, número sete, do segundo semestre, ao tema com sete textos. À ocasião, Rildo Cosson, Humberto Dantas e Rodrigo Estramahnho de Almeida eram pesquisadores do centro e organizaram este volume, assim como se dedicaram a escrever um texto para a série Relatos de Pesquisa, lançada na forma de livro. O capítulo foi intitulado “Educação para a democracia: desafios na prática da formação política de adolescentes” (COSSON, DANTAS e ALMEIDA, 2015).

Em 2023, a Revista Debates, ligada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dedicou seu volume 17, número 2, sob o título “O impacto de crises políticas na cultura política juvenil e a democracia no Brasil”, à compreensão da temática da educação política, da percepção de estudantes sobre o assunto e de políticas públicas associadas a tal realidade. Em especial, este grupo de pesquisa que organizou tal volume da revista tem produzido livros e textos acadêmicos com destaque.

Existem outras centenas de trabalhos de natureza acadêmica, tais como artigos aleatoriamente espalhados em periódicos e/ou apresentados em eventos científicos, TCC's de graduação e especialização, teses e dissertações, bem como livros que tratam da educação política sob diferentes abordagens. O que cabe salientar aqui é que a partir dos volumes

específicos das revistas evidenciadas acima é possível se compreender algo bastante amplo sobre a temática central desse artigo.

3. Grupos de pesquisa sobre educação política

O s grupos se espalham por universidades e por vezes são descontínuados. No campo da Ciência Política, principalmente, o assunto se mistura à cultura política e ao comportamento político, uma vez que entre seus objetivos está a tentativa de compreender a relação de segmentos da sociedade com valores democráticos. Com trabalhos que abordam especificamente questões de educação política a partir dos esforços de pesquisadores que dedicam teses e dissertações ao assunto, em ampla contribuição, merecem destaque os trabalhos dos professores: Mario Fuks na Universidade Federal de Minas Gerais e; Marcello Baquero e Jennifer Azambuja Moraes na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Também contribuem com esforços bastante significativos, o professor Daniel Pinheiro na Universidade Estadual de Santa Catarina; a professora Marta Mendes da Rocha, na Universidade Federal de Juiz de Fora; a professora Gisele Craveiro, da Universidade de São Paulo; o professor Alessandro Santos na Unicid; o professor Rildo Cosson em diferentes centros de pesquisa, sobretudo federais; o professor Humberto Dantas e ação de pesquisa de estágio de pós-doutorado na FGV-SP; e a professora Ana Karina Brenner, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro ao longo dos últimos anos. Existem, certamente, outros exemplos marcantes a serem trazidos aqui. No Paraná, destaque especial para contribuições que se robustecem na Universidade Federal do estado, a partir de um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia denominado “Representação e Legitimidade Democrática”, bem como atenção à possibilidade de um grupo de pesquisa sobre educação política se fortalecer no departamento de Ciência Política da Unicamp a partir dos trabalhos da professora Andréa Freitas.

Para além do já citado exemplo do trio de pesquisadores que na década passada trabalhou com a temática do Letramento Político na

Câmara dos Deputados – Rildo Cosson, Humberto Dantas e Rodrigo Estramano de Almeida –, uma pesquisa no âmbito da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), entre 2020 e 2022, buscou compreender questões da educação para a Cidadania a partir de programas governamentais de fomento à democratização de escolas goianas. Para além de diversos artigos publicados, o livro “Transparência, Responsabilidade e Participação Democrática – reflexões com base em conceitos e políticas públicas de educação”, editado em 2021 pela Fundação Konrad Adenauer, ilustra tal ação.

Por fim, destaque para uma obra intitulada “Ciência Política e Políticas de Educação”, coordenado em 2021 por Humberto Dantas e Joyce Luz e lançado pela Fundação Konrad Adenauer que, em quase 700 páginas, se configurava no material didático de um curso de pós-graduação que tinha por objetivo formar professores de ensino médio e fundamental dispostos a avançarem com esta agenda em sala de aula. Ao todo, são 38 textos com temáticas essenciais aos saberes desejados para que docentes desenvolvam conteúdos políticos nas escolas. A iniciativa da especialização, com 360 horas, não foi levada adiante, mas o material foi lançado gratuitamente em formato digital.

4. Trabalhos de Extensão

Ainda no ambiente acadêmico, é importante destacar iniciativas relevantes para a compreensão dos desafios da Educação Política. Em 2018, Alexandre Santos e Humberto Dantas ministraram disciplina de educação política para graduandos em Pedagogia da Faculdade do Educador, em iniciativa relevante que buscava aprimorar os conhecimentos de estudantes que buscavam se capacitar para o exercício, principalmente, do magistério.

Entre 2018 e 2020, o curso de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo ofertou uma disciplina optativa, em sua semana de ações extraordinárias, que buscou envolver seus estudantes em atividades aplicadas de educação política em comunidades. No

primeiro ano, o desenvolvimento de campo ocorreu em projeto social de Heliópolis, São Paulo, e no segundo ano, em ambiente virtual, foi ministrado para jovens do ensino médio de Santa Catarina, em associação aos trabalhos do Parlamento Jovem da escola do parlamento da Assembleia Legislativa.

Mas é no campo de uma extensão comunitária aplicada que os trabalhos desenvolvidos merecem mais destaque. Aqui diversos exemplos, ainda existentes ou descontinuados, requerem atenção. Nos cursos, ou departamentos, de Ciência Política da Unicamp, da Universidade de Brasília, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal de Goiás. Além disso, na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, na PUC de Minas Gerais e na Escola de Ensino Superior da Fipe, por exemplo, orientados por docentes, estudantes se envolvem diretamente na disseminação de conhecimentos de cidadania e política para, principalmente, estudantes de ensino médio de projetos sociais ou de escolas públicas. Trata-se de uma rede ainda silenciosa e pouco próxima de iniciativas que carregam consigo um potencial e um impacto importante de ser mensurado. Exemplos da UFG, Unicamp e USP podem ser observados no número 20 da Revista Parlamento e Sociedade. Já casos associados à UFPE e UFRGS estão descritos na Cadernos Adenauer número 1 de 2016. O exemplo da PUC de Minas Gerais está descrito em Cadernos Adenauer número 3 de 2010. O caso da Fipeees está relatado em Dantas, Sousa e Barbosa (2024).

Como atividade extraordinária em escolas de ensino médio, sobretudo privadas, existem também bons exemplos de ações de formação política com alunos. Aqui o que se verifica é um cuidado bastante acentuado com equilíbrios ideológicos e certas resistências de famílias que parecem desconfiar da importância do conteúdo para a Democracia em ambiente pedagógico.

Nas escolas públicas, sobretudo de ensino médio, é importante verificar que existe uma distância entre o que deveria ser ministrado e o que os professores de fato conseguem realizar. Se de um lado é louvável o trabalho de alguns docentes, e um exemplo lapidar desses esforços

foi registrado em livro da Mobis em 2022, sob organização de Martins et.al., por outro sobram dificuldades. Sobre elas, para além dos desafios já destacados nas citadas obras de Alexsandro Santos, o trabalho de Macedo (2025) relata quantitativamente cenários vivenciados por centenas de docentes da rede estadual da zona lesta da capital paulista, onde se nota que por mais que ocorram ações, há falta de conhecimento técnico, ausência de planejamento amplo, não formatação de currículos homogêneos, e resistências diversas dentro e fora das escolas.

5. Pesquisas, indicadores, obras literárias e teorias

Para além de parte das contribuições acima destacadas, associadas à produção de textos que buscam dimensionar o desenvolvimento da democracia no Brasil, a percepção da sociedade sobre o assunto, a ideia de conceituações relevantes e as práticas executadas, há que se destacar a preocupação com o oferecimento de estudos específicos sobre a Democracia no Brasil e a tradução de livros emblemáticos sobre o assunto que passam pelas ideias de educação política. Aqui o destaque fica, em especial, para o Instituto Sivis, nascido Instituto Atuação, no Paraná, que promoveu a tradução e o lançamento de dez livros, divididos em duas coletâneas, que buscam debater o conceito de Democracia sob diferentes perspectivas. A relevância de tal iniciativa para a educação política é expressiva, mas merece destaque também o desenvolvimento de métodos para mensurar e debater o desenvolvimento democrático. O principal esforço aqui se transformou em um livro aplicando instrumental de indicador à realidade da cidade de São Paulo: “Índice de Democracia Local: estudos a partir da experiência de São Paulo” (2021). Por fim, aqui, destaque para o estudo “Mapa sistêmico de cultura democrática”, lançado em 2022, e uma série de outras contribuições da organização que busca trabalhar com o conceito de desenvolvimento de uma cultura política democrática.

Relevante também foram iniciativas da empresa de pesquisa Box1824, a partir das manifestações de 2013, para compreender o que

jovens do país pensavam sobre o Brasil e, mais especificamente, sobre a política brasileira. Tais pesquisas, intituladas “Sonho Brasileiro” e “Sonho Brasileiro da Política” inspiraram debates significativos sobre a importância da educação política, e a partir dos resultados o grupo envolvido se viu disposto a investir em ações diretas de conscientização a partir de jogos e atividades pedagógicas relevantes (MAYUMI e PEDREIRA, 2016). Só no campo da pesquisa, e buscando entender o que pensavam jovens paulistanos sobre as movimentações de 2013, a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo também desenvolveu estudos à época que possibilitaram reflexões sobre questões associadas à educação política (DANTAS e ALMEIDA, 2015).

Ainda no que diz respeito a indicadores, atenção ao trabalho da “International Association for the Evaluation of Educational Achievement” que periodicamente, em ciclos, busca dimensionar o “International Civic and Citizenship Education Study”, um estudo sobre a educação para a cidadania em diferentes dimensões e países do mundo. O Brasil, pela primeira vez, a partir do Ministério da Educação, foi pesquisado em 2022 (SCHULZ et.al., 2025). Nesta edição, infelizmente, praticamente só países europeus foram avaliados. Os resultados merecem a organização de relatórios e reflexões acadêmicas que dimensionem desafios e apontem para soluções em âmbito nacional.

Em relação a livros que tratem de educação política na qualidade de materiais didáticos, destaque especial para conteúdos de algumas organizações: a coleção Em Miúdos, da Biblioteca do Senado Federal sob a autoria de Madu Macedo – ver texto nesta edição de Cadernos Adenauer; os materiais didáticos para escolas do Instituto Sivis; conteúdos desenvolvidos pelo Portal Politize; e livros de educação política desenvolvidos a partir de parcerias da Fundação Konrad Adenauer com as ONG’s Oficina Municipal, Renovabr e Movimento Voto Consciente. Aqui, diversos outros livros, autores e editoras mereceriam atenção pela riqueza de uma série de iniciativas expressivas, deixando evidente que não falta o interesse no desenvolvimento de materiais a serem conhecidos por quem se interessa por este assunto.

6. A onda de ações no Terceiro Setor

Indiscutivelmente é no terceiro setor que se encontra a maior diversidade de ações atreladas à educação política no Brasil no que diz respeito à diversidade de formatos e respostas ao desafio de se educar politicamente para o desenvolvimento da Democracia. É impossível, inclusive, citar todos os casos conhecidos de organizações desse tipo que se dedicam a tal causa, e é necessário afirmar que diversos projetos surgiram e desapareceram nos últimos anos.

São desde atividades pontuais, passando por negócios sociais, atividades de institutos empresariais e uma série de iniciativas que vão desde o impacto local específico ao desenvolvimento de técnicas apuradas de influenciar e pressionar o poder público para o desenvolvimento de ações universais desta natureza.

O Movimento Voto Consciente e o já citado IBEAC são exemplos dos anos 80, do século xx, que merecem atenção por uma característica de pioneirismo. Mas eles não devem figurar de maneira isolada nesta lista, pelo contrário. Aqui parece possível compreender que as ações têm ondas. Vão desde cursos mais estruturados desenvolvidos presencialmente em comunidades, até o desenvolvimento de plataformas e aplicativos que buscam modernizar o que poderia ser chamado aqui de desafios da Educação Política de forma aplicada.

Um ambiente essencial de ser compreendido neste debate é o religioso. Por mais que exista a ideia de um Estado laico no Brasil, são inúmeras as organizações de natureza religiosa que se preocupam com a disseminação de conteúdos fundamentais de política em ações de educação. O destaque maior aqui é para a Igreja Católica, sendo as pastorais de Justiça e Paz e de Fé e Política os melhores exemplos de espaços onde ocorrem atividades formativas e educacionais. A organização mundial Cáritas, por sua vez, aparece como uma das principais financiadoras de iniciativas desse tipo. No âmbito da CNBB, destaca-se o Centro Nacional Fé e Política “Dom Helder Câmara”, descrito por Dornelas (2010). Também merece atenção aqui a quantidade de instrumentos de comu-

nicação, tais como emissoras de televisão, rádio, revistas, jornais e portais da Internet ligados ao universo católico que possuem espaço para a educação política – um exemplo é o quadro “Avança Democracia” da Rede Vida de Televisão, no ar diariamente, desde agosto de 2010, como parte do telejornal “Jornal da Vida”.

Especificamente no caso das Organizações-Não-Governamentais, a Oficina Municipal é um bom exemplo de organização que iniciou seus cursos de Política presencialmente, principalmente em parcerias com organizações católicas, mas também em sua sede no bairro de Pinheiros, São Paulo-SP, e adiante avançou para ações virtuais sintonizadas aos novos tempos – parte dessa história pode ser conhecida em Carneiro et.al. (2016). Em partes dessas atividades, incluindo ações recentes do Movimento Voto Consciente e da Politize!, atenção às parcerias com a Fundação Konrad Adenauer (KAS) do Brasil. Nesse caso, em especial, importante salientar que os partidos políticos da Alemanha se espalharam, a partir de seus braços fundacionais, pelo planeta e têm a missão institucional de promoverem a educação política para o fortalecimento da Democracia no mundo. Pelo Brasil, para além da KAS, outras fundações desenvolvem, ou desenvolveram, diversas atividades desse tipo.

Para além desses exemplos, projetos diversos aqui buscaram o que se convencionou chamar de “gamificação” dos desafios de ensinar a política, com destaque para iniciativas como o projeto de extensão da Ciência Política da Unicamp, o Fast Food da Política, o Três Palitos, o já citado caso dos desdobramentos das pesquisas da Box1824 e a Bê-a-Bá do Cidadão – para este caso, ver (KRAHENBUHL, 2016).

Além de todos estes projetos e organizações, a Politize!, autodeclarada “a maior organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, de educação política da América Latina”, é um caso emblemático. Os trabalhos têm expressiva capacidade de mobilização nacional, a começar pelo compromisso de formar agentes para ações diversas, em grande medida, de forma voluntária. Ademais, configura-se num portal virtual com milhares de conteúdos e milhões de acessos que buscam fortalecer

a Democracia, a Cidadania e a política em geral. Trata-se, seguramente, do que existe de mais impactante em termos quantitativos no Brasil.

Aqui também, representando o terceiro setor, ou o que se convencionou chamar de setor 2,5, por conta da ação de empresas privadas com fins lucrativos convertidas em instituições sem este fim, os institutos empresariais merecem destaque. Em termos de volume, é a partir desse tipo de organização que se assiste a um montante significativo de recursos sendo direcionados para atividades de educação política, principalmente de organizações do terceiro setor. Muitos destes projetos e instituições anteriormente citados têm algum tipo de parceria ou subsídio de organizações empresariais do universo 2,5. Aqui seria possível dividir as ações em partes. A primeira delas: um instituto empresarial, ou mesmo uma empresa, desenvolve seu próprio programa ou projeto de educação política para públicos externos – públicos internos serão tratados em seção específica. A segunda: um instituto empresarial, ou uma empresa, desenvolve ação de educação política em parceria com uma dada organização do terceiro setor – um exemplo nesta edição de Cadernos pode ser visto no texto de Bruno Silva que traz a ação entre o Movimento Voto Consciente e a Engeform, sobretudo na parte que não está relacionada às atividades internas que serão tratadas adiante. A terceira: um instituto empresarial, ou uma empresa, financia ação de educação política de uma dada organização sem necessariamente ter envolvimento direto com a atividade, apenas como preferência associada à sua agenda de responsabilidade social – o Movimento Voto Consciente e a Fundação Konrad Adenauer, por exemplo, por anos atuaram em parceria com o Banco Itaú para atividades de educação política presenciais (DANTAS, 2016) e à distância – verificar o texto de Dantas e Eliseu nesta edição de Cadernos.

O caso de ação empresarial de larga abrangência mais conhecido no campo da educação política está associado ao que hoje se convencionou chamar de programa de Cidadania do Instituto Votorantim. O histórico da empresa atrelado a atividades neste campo é longo, mas em 2018 se notabilizou por escolher como tema de seu aniversário de 100 anos,

a ideia de um “voto consciente”, utilizando-se da palavra VOTO contida nas duas primeiras sílabas de seu nome (Votorantim). Diversas ações foram realizadas em aproximadamente sete anos intensos, passando pelo desenvolvimento de atividades pedagógicas, pesquisas, lançamento de portais e de livros, realização de pesquisas, formações, financiamentos de projetos de organizações do terceiro setor etc. Findadas as comemorações pelo centenário, as atividades se concentraram no âmbito do Instituto Votorantim.

Para além de alguns dos exemplos empresariais trazidos acima, um portal denominado Um Brasil, ligado à Fecomércio de São Paulo, tornou-se um repositório de centenas de entrevistas sobre os desafios do país. Em suas séries especiais existe um compromisso com a educação política como objeto de reflexão, e no ambiente empresarial há entrevistas relatando os casos de empresas como Natura, Engeform, Tirolez, Votorantim e o sistema de cooperativas do Estado do Paraná.

7. Ações empresariais e o público interno

Se parte expressiva dos exemplos anteriores está associada a ações abertas para públicos em geral, é essencial compreender que muitas empresas desenvolvem atividades para seus colaboradores que estão associadas à educação política. Aqui o volume deve atingir facilmente centenas, quiçá milhares de iniciativas. Com uma ressalva: é essencial, nestes casos, separar a necessária “educação política” da criminalizada, pela justiça eleitoral e pelas leis eleitorais, “doutrinação política” sob o formato de pedidos de votos associados aos interesses de empresários e suas preferências pessoais. O crime mais conhecido, noticiado e comentado nos últimos anos no Brasil está associado à empresa catarinense Havan, cujo proprietário ameaçou de desemprego seus colaboradores, em 2018, caso seu candidato presidencial preferido não ganhasse as eleições. Nos anos seguintes a justiça chegou a definir em quase R\$ 100 milhões a punição pela tipificação de “assédio eleitoral”, e particularmente colaboradores desligados da empresa ganharam causas. Este não

é um caso isolado, mas trata-se de exemplo emblemático e ironizado pelo próprio réu.

O que se pode realizar, e faz décadas tem ocorrido, inclusive sob um olhar recente positivo da Justiça Eleitoral, são ações voltadas ao estímulo e consciência para o exercício do voto. Empresas lançam cartilhas, promovem cursos, desenvolvem palestras, organizam debates e estimulam atividades diversas – as palestras são as atividades mais comuns. Parte desse movimento atende a questões centrais textualmente ligadas à disseminação de valores atrelados ao universo ESG, aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), às diretrizes da ISO 26.000, às certificações NBR 16.001 e aos parâmetros sociais do GRI – Global Report Initiative.

Promover um relato de todas estas iniciativas e buscar compreender em que medida as empresas estão atuando tem se caracterizado como importante iniciativa do Movimento Voto Consciente e da Rede Nacional de Educação Cidadã. Em encontro realizado em março de 2024, mais de 20 empresas e organizações de natureza empresarial participaram e levaram suas iniciativas para um fórum fechado de troca de ideias.

8. A educação política como estratégia para atuação política

Para além de estimular projetos do terceiro setor, ou criar iniciativas dessa natureza, bem como para além de ser possível separar os públicos internos e externos, as atividades de educação política podem estar associadas ao que se convenciona chamar de estratégias de relações governamentais. Aqui parte-se do seguinte pressuposto: quanto mais conscientes forem os atores dentro da empresa ou no seu universo de relacionamento, maiores serão as possibilidades de atuação em relação ao poder público.

Assim, diversas instituições privadas têm apostado na formação de públicos para além da lógica de consciência e responsabilidade social. São programas mais aprofundados e estratégicos, que procuram orientar equipes e parceiros para uma atuação mais efetiva. Na Fundação Getúlio

Vargas, por exemplo, existe um MBA em Relações Governamentais e parte expressiva do público é formado por estudantes que trabalham em empresas e buscam aprimorar capacidades de atuação junto ao Estado em suas diferentes esferas governamentais e poderes.

Nesse caso, em especial, há quem discuta que isso não é “educação política” enquanto responsabilidade social. De fato, pode até não caracterizar de forma tão emblemática, mas não parece possível dizer que não se trata de uma educação para a elevação da capacidade de relacionamento privado com o universo público que busca empreender esforços para a conscientização e fortalecimento de agendas e objetivos. Quem faz isso de forma mais organizada no Brasil, com um programa sólido de Educação Política nacional e espalhado por estados, é o universo das cooperativas. O texto de Silva, Tavares e Ricken nesta edição de Cadernos evidencia o que se pretende afirmar aqui a partir do Paraná.

9. A formação de políticos – o terceiro setor e os partidos políticos

Otra seara importante de considerar no campo da educação política está associada à formação de políticos e gestores públicos. Este segundo público está simbolizado por escolas de governo, por organizações do terceiro setor que possuem esta incumbência, como a Oficial Municipal e o Centro de Liderança Pública – a despeito de diferenças estratégicas entre tais organizações – e por instituições que estrategicamente buscam realizar formações, de acordo com suas agendas, para fortalecer princípios e ideais – o caso do Sebrae aqui é emblemático e merece atenção. Mas para além dos servidores, existe a formação técnica e política de políticos.

Neste caso, novamente é necessário se fazer uma divisão de percepções. Os partidos políticos brasileiros, a exemplo dos alemães, são obrigados a terem fundações. A estas organizações, de acordo com as regras, existe a destinação de 20% dos recursos do Fundo Partidário, o que representa que as legendas do país possuem cerca de R\$ 200 milhões

anuais para, dentre outras ações, atividades formativas. Nesse caso, em especial, destaca-se o fato de que a doutrinação ideológica é bastante esperada aqui, uma vez que a lógica democrática pressupõe que diferentes partidos disseminem distintos valores entre seus filiados e simpatizantes. Nos últimos anos, sobretudo em ambiente virtual, tem sido possível verificar, sobretudo entre as grandes legendas, a formulação de materiais educativos, estudos, pesquisas, seminários, cursos etc. No PT, por exemplo, existe até mesmo um mestrado na Fundação Perseu Abramo, e no Republicanos uma graduação em Política.

Para além desse compromisso doutrinário ou ideologicamente posicionado, não faltam exemplos de organizações que procuram, ou procuraram, realizar atividades de educação especificamente para políticos. Mais uma vez, os exemplos de Sebrae, Oficina Municipal e CLP podem ser trazidos, assim como o caso da RAPS – Rede de Ação Política pela Sustentabilidade. Outro ponto que merece destaque aqui são dezenas de iniciativas para estimular o ingresso na política, com destaque para públicos específicos, associados a minorias em termos de representação eleitoral. O ponto de maior destaque são ações voltadas, principalmente, para o universo feminino, e em especial para mulheres negras.

Mas o exemplo de formação política para políticos mais amplo do Brasil está atrelado às atividades da Associação Renovabr, escola suprapartidária de formação de políticos criada em 2017 que passou a organizar atividades formativas em janeiro de 2018 e, desde então, se converteu numa rede com mais de três mil pessoas formadas e estimuladas a uma participação ativa nos processos eleitorais, distribuídas em mais de 20 partidos políticos e em praticamente todos os estados do país. O texto de Santos e Curi, nesta edição de Cadernos Adenauer, traz mais detalhes sobre a organização.

10. O poder público – a ação começa no Legislativo

A promulgação da Constituição de 1988 trouxe o compromisso do Estado brasileiro com escolas de governo. Tal tipo de organização

tem como objetivo aprimorar a condição dos servidores públicos para o enfrentamento dos desafios profissionais específicos de seus cotidianos. Ao longo das últimas décadas, centenas de escolas foram criadas ou fortalecidas com o intuito de formar funcionários públicos. A ideia, inicialmente associada ao Poder Executivo, rapidamente se espalhou para os demais poderes, com escolas associadas ao Judiciário e ao Legislativo. Neste segundo caso, Rildo Cosson (2008) observa que para além de espaços para a formação de servidores alocados nos parlamentos, as escolas do Legislativo tinham a missão de servirem como Escolas de Democracia, a partir de atividades de letramento político voltadas para diferentes públicos em perspectiva ampla e aberta.

O caso historicamente mais robusto está associado à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que desde o início dos anos 90 realiza atividades diversas para aproximar os mais diferentes públicos do legislativo estadual – para além de estimular fortemente a consolidação de uma rede mineira de escolas municipais dessa natureza, associadas às câmaras de centenas de cidades.

Mas é impossível deixar de destacar uma ampla quantidade de organizações desse tipo espalhadas por todo o Brasil – nos legislativos e nos respectivos tribunais de contas. Há escolas ativas nas duas casas do Congresso Nacional, em praticamente todas as assembleias estaduais, na casa legislativa do Distrito Federal e em centenas de cidades do país. Buscando organizar e dimensionar este volume de organizações e atividades, existe a ABEL – Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e Contas que contabiliza cerca de 500 escolas distribuídas pelo país – o texto de Roberto Lamari, nesta edição de Cadernos, aprofunda o sentido da ABEL.

Em termos de projetos específicos, o que as escolas desse tipo mais fazem são atividades destinadas para estudantes, sobretudo de ensino fundamental II e médio em parcerias com escolas, principalmente públicas. Programas que simulam atividades parlamentares buscam aproximar o público-alvo das atribuições de vereadores e deputados, sendo que merece atenção o fato de que existem, hoje, parlamentares eleitos que foram impactados por atividades desse tipo em suas trajetórias escolares.

11. O Judiciário, sobretudo a Justiça Eleitoral, também atua

Se o Legislativo é perene na sua missão de desenvolver atividades de educação política para o fortalecimento da Democracia, sobretudo tendo em vista que representa diversidades ideológicas e precisa elevar sua capacidade de se legitimar perante a sociedade, o Judiciário também realiza ações. Principalmente em anos eleitorais, e próximo a datas importantes associadas ao alistamento eleitoral, dentro outras, não é incomum que a Justiça Eleitoral realize campanhas de conscientização. Se por um lado, parece se tratar de uma obrigação de estímulo institucional, de forma mais silenciosa é importante destacar que o Tribunal Superior Eleitoral e seus órgãos instituídos em todos os estados do país possuem programas bastante relevantes de educação política. Casos não faltam, e em edição de Cadernos Adenauer, Morais (2010) relatou a experiência do Pará.

Para além dessa postura ativa de disseminar conhecimentos e promover programas educativos, nos últimos anos o Judiciário brasileiro precisou se ocupar de uma atividade extraordinária no campo defensivo: o volume de notícias falsas para desacreditar o processo eleitoral nacional e, principalmente, o sistema de captação de votos a partir das urnas eletrônicas, fez com que diversas estratégias educativas fossem realizadas para legitimar procedimentos e atividades atreladas à democracia. Por mais relevante que esta iniciativa seja, ela evidencia os riscos dos ataques ao Estado Democrático de Direito no Brasil protagonizados, principalmente, por parte de uma extrema direita radical.

12. O Poder Executivo – legalmente, o ator central da causa

O Brasil traz, como visto anteriormente, em sua Constituição Federal, um compromisso com a educação política, traduzido como educação para a Cidadania. A causa poderia estar, faz décadas,

absolutamente inserida em todas as atividades escolares como algo evidente, a despeito de ser ou não uma disciplina específica – algo que gera polêmicas, como mostrado por Almeida (2016), e pelos trabalhos já citados de Rildo Cosson e Alexsandro Santos. Mas isso não ocorre pelas razões debatidas, sobretudo, no início desse artigo. Assim, tornou-se causa de responsabilidade social empresarial, agenda de instituições do terceiro setor e preocupação de poderes como o Legislativo e o Judiciário. Isso não é um problema, e poderia existir, mesmo que tudo funcionasse dentro do esperado em termos legais. As agendas, pautas e atitudes, provavelmente, seriam diferentes, mas a causa “educação política” espraia-se pelo mundo e se verifica de diferentes formas, em nações com distintos patamares de desenvolvimento de suas respectivas democracias.

No Brasil, principalmente a partir da instituição da Sociologia e da Filosofia na escola, em regramento da década retrasada, verificou-se um esforço do poder público em desenvolver, principalmente nas redes estaduais, materiais didáticos específicos. Os temas tratados se aproximam de agendas relevantes, como o pensamento político, a separação dos poderes, as atribuições dos cargos eletivos, as esferas de poder etc. O problema está associado, como já dito aqui, à capacitação docente, entre outros.

Assim, o que se tem notado nos últimos anos, são casos emblemáticos e isolados de educação política nas escolas públicas, que convivem com dois elementos relevantes. O primeiro deles: as escolas têm dificuldades, e isso se espelha nas atitudes e sensações dos professores, conforme mostra Macedo (2025). Mas o segundo é positivo: apesar das barreiras e dos estímulos contrários da sociedade, os jovens reconhecem a importância do assunto e querem entender e conhecer mais sobre política segundo mostram pesquisas, principalmente, associadas ao universo dos estudos de Marcello Baquero e Jennifer Azambuja Morais, bem como de Humberto Dantas. Isso significa que os desafios são imensos, em parte legitimados pelos estudantes e legalizados pela Constituição Federal de 1988 e as normas infraconstitucionais.

No Executivo municipal, ações em parcerias com o Legislativo, associando a rede pública às atividades das escolas do parlamento têm funcionado de forma positiva, principalmente, em cidades pequenas, onde é possível abranger a totalidade de escolas e estudantes de uma determinada série/ano. Já no caso do Executivo estadual, para além dos desafios de criarem-se materiais, principalmente para o Ensino Médio, atividades pontuais são marcantes junto ao terceiro setor. Mas aqui fica como emblema maior as ações de Educação para a Cidadania iniciadas na parceria entre a Controladoria Geral de Goiás e a Secretaria Estadual de Educação para a criação do programa “Estudante de Atitude”, que ensina jovens a realizarem auditorias cívicas no ambiente escolar, atuando sobre a realidade e planejando aprimoramentos. O livro organizado por Ziller et.al (2021) detalha as atividades e ainda carrega consigo exemplos de outros cinco locais do país com iniciativas semelhantes. O que se sabe é que esta rede está em progresso, e mais localidades estão desenvolvendo algo desse tipo. Também merece atenção em nível estadual o trabalho realizado em Sergipe, e em parte traduzido nesta edição de Cadernos Adenauer no texto de Cleciâne Alves.

O que falta para o Poder Executivo no Brasil, no entanto, é escalar ações de educação política que possam ser disseminadas em larga escala para milhões de estudantes, sobretudo de ensino médio e fundamental II em perspectiva universalizada. Para tanto, é necessário voltar as atenções para os esforços do Ministério da Educação, que busca criar um roteiro básico, uma política nacional e uma formação para docentes que se espalhe pelo país e dê segurança de que teremos um conteúdo equilibrado e respeitoso das diversidades ideológicas. Para tanto, é importante que se leia, nesta edição de Cadernos Adenauer, o texto de Alessandro Santos.

13. Conclusão

O que se fez aqui foi tentar organizar minimamente o universo da Educação Política no Brasil a partir de seus atores, compromissos, desafios, complexidades, diversidades e atividades. Certamente faltaram

exemplos de centenas de iniciativas que se espalham pelo Brasil, e provavelmente, alguns casos citados já deixaram de existir, ofertando, em alguma medida, um legado positivo na vida de mais ou menos pessoas.

Mas algo precisa ser registrado aqui: em 2010, quando se organizou o primeiro volume de Cadernos Adenauer que tratava exclusivamente desse assunto, foi difícil reunir dez textos. Em 2016, muita gente ficou de fora, demonstrando evolução da temática. Agora, em 2025, escolher foi faltar com espaço para centenas de ações. Ou seja: há um espalhamento da temática, por mais que também existam retracções – que na maioria dos casos estão associadas às dificuldades financeiras e ao quanto é difícil se “viver de” educação política no Brasil.

Assim, hoje parece possível dizer que as empresas estão num instante de recuo de investimentos para este tipo de atividade, mesmo diante das ameaças à Democracia que o país atravessou entre 2022 e 2023. Ataques às suas imagens organizacionais, com campanhas virtuais maliciosas não faltam para justificar parte de um arrefecimento do interesse empresarial. Além disso, o mundo parece discutir de forma perigosa os parâmetros da Democracia, sobretudo a partir da vitória de Donald Trump nas eleições mais recentes nos Estados Unidos e à postura das Big Techs em uma série de protocolos fundamentais ao universo democrático.

São tempos desafiadores, mas que podem ser contrapostos às atitudes do poder público. Exemplos de atividades voltadas à política e à cidadania parecem mais fortes do que diferenças ideológicas. Escolas do Legislativo e programas no Poder Executivo atuam pelas mãos de governantes e representantes que vão da esquerda à direita, deixando de lado parte do discurso de ódio que tem caracterizado o país, e institucionalizando a educação política em alguns territórios estratégicos e essenciais. Isso é fundamental, e mostra que fora dos holofotes e da espetacularização radical da atual política existem excelentes alternativas para se pensar uma politização plural e democrática.

Para terminar, importante registrar que todo este esforço de organizar as ideias, atualmente, não seria possível sem a atuação da Rede

Nacional de Educação Cidadã – mais bem detalhada no texto de João Tavares, nesta edição de Cadernos. O coletivo, que nasceu de um esforço de jovens para concluírem um curso livre de liderança, se institucionalizou e se tornou responsável por organizar todo ecossistema de educação política no Brasil. Trata-se de uma entidade que tem contribuído para orientar a agenda, sistematizar encontros, aproximar atores e contribuir com o poder público para transformar a educação política em um conteúdo formal nas escolas de forma o mais universalizada possível, Em resumo: trata-se, hoje, de quem faz com que os sonhos, as causas, os desejos, os desafios e as visões convirjam dentro do possível e em direção a mais Democracia.

Referências

- AÇÃO EDUCATIVA. **A ideologia do Movimento Escola sem Partido.** São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- ALMEIDA, R. Pensamento, cultura e educação política no Brasil. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 1, 2016.
- CADERNOS ADENAUER. Educação Política no Brasil: reflexões, iniciativas e desafios. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, volume 1, 2016.
- CADERNOS ADENAUER. Educação Política: reflexões e práticas democráticas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, volume 3, 2010.
- CARNEIRO, J. M.; SANTOS, G.; DANTAS, H.; BRITO, E. Oficina Municipal e a formação política de cidadãos e gestores. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 1, 2016.
- COSSON, R. Escolas do legislativo, escolas de democracia. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.
- COSSON, R. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. Cadernos Adenauer, v. 11, n. 3, 2010.
- COSSON, R. Letramento político: trilhas abertas em um campo minado. E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, Brasília, v. 4, n. 7, 2011.
- COSSON, R.; DANTAS, H.; ALMEIDA, R. Educação para a democracia: desafios na prática da formação política de adolescentes. In. BERNARDES, C.; SCHWARTZ, F. (orgs.).

Comunicação, Educação e Democracia no Legislativo Brasileiro. Brasília, Câmara dos Deputados, série Relatos de Pesquisa, número 5, 2015.

DANTAS, H.; SOUSA, M.E.; BARBOSA, N. Extensão Universitária em Educação para a Cidadania da FipeEES – O Que Pensam e Sentem os Jovens de Ensino Médio Sobre o Tema? Boletim Informações Fipe, Edição 530, novembro de 2024.

DANTAS, H. Democracia e Cidadania: consciência e participação. In. DANTAS, H.; MARTINS JR., J.P. (orgs.). Introdução à política brasileira. São Paulo: Editora Paulus, 2007.

DANTAS, H. Educação política nas periferias da Grande São Paulo: percepções com base na posição de jovens de 15 a 18 anos em 2015. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, ano XVII, v. 1, 2016.

DANTAS, H.; ALMEIDA, R. Como a juventude se relaciona com a democracia: compreensões com base em pesquisas. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 1, 2015.

DANTAS, H.; LUZ, J. (coord.) Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2021.

DANTAS, H.; MELO, T. Apego a valores democráticos – qual a distância entre os jovens que procuram ações de educação política e aqueles que são encontrados por algo desse tipo? Juventude.br, São Paulo, volume 19, número 1, 2021.

DANTAS, H.; SOARES, A.; SOARES, M.I.; LAMARI, R. Educação política em parceria: quando princípios se tornam ações. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, ano XI, v. 3, 2010

DANTAS, H.; TORELLI, L. Política e Democracia – Conceitos e História para a interpretação da realidade. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, RenovaBR e Movimento Voto Consciente, 2024.

DANTAS, Humberto. Educação Política. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2017.

DORNELAS, N. A presença da Igreja Católica no Brasil e suas implicações sociopolíticas. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 3, 2010.

E-LEGIS – REVISTA ELETRÔNICA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Brasília: Centro de Formação da Câmara dos Deputados, volume 4, número 7, 2º semestre de 2011

JARDIM, L. O que se entende por educação política no Brasil? Revista Parlamento e Sociedade, São Paulo, v. 6, n. 11, 2018.

KRAHENBUHL, C. Educação política na prática: jogos e dinâmicas participativas. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 1, 2016.

MACEDO, A.P. Educação Política para a cidadania: percepções, experiências e vivências de professores paulistas. Dissertação (Mestrado em Educação). Unicid, São Paulo, 2025.

MARTINS JR., J.P.; DANTAS, H. O Índice de Participação e a importância da educação. Revista Opinião Pública, Campinas, ano 10, v. 2., 2004.

MARTINS, J.; CORRÊA, C.; FAGANELLO, C.; PIMENTEL, F.; MARTINS, P. (orgs.). Cidadania, Democracia e Participação – práticas pedagógicas para o ensino fundamental II e médio. Porto Alegre: Simplíssimo, 2022.

MAYUMI, C.; PEDREIRA, B. Educação política na prática: usando empatia e vivência como resultado. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 1, 2016.

MORAES, D.; DANTAS, H. Índice de Democracia Local: estudos a partir da experiência de São Paulo. Curitiba: Instituto Atuação, 2021.

MORAIS, I. Escola Judiciária Eleitoral do Pará: perspectivas e desafios para uma educação cidadã na Amazônia. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 3, 2010.

NASCIMENTO, A. Uma promessa não cumprida da democracia – fragmentos para uma história da educação política na escola básica brasileira. In. DANTAS, H.; LUZ, J. (coord.) Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2021.

NETO, L. Getúlio 2 (1930-1945). São Paulo: Companhia da Letras, 2013.

PARLAMENTO E SOCIEDADE. Comportamento político e valores democráticos. São Paulo: Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, volume 11, número 21, 2023

PARLAMENTO E SOCIEDADE. Desafios atuais da Educação Política no Brasil. São Paulo: Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, volume 9, número 17, 2021

PARLAMENTO E SOCIEDADE. Educação Política em perspectiva aplicada. São Paulo: Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, volume 9, número 16, 2021

PARLAMENTO E SOCIEDADE. Educação Política para a Cidadania, Juventudes e Democracia. São Paulo: Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, volume 6, número 11, 2018

PARLAMENTO E SOCIEDADE. Políticas públicas e ações de Educação Política. São Paulo: Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, volume 11, número 20, 2023

PELLANDA, A. Potencialidades e limitações da educação política no currículo escolar brasileiro. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 1, 2016.

RESENDE, J.F. Educação escolar, hábitos e atitudes políticas: considerações sobre a experiência brasileira. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, volume 3, 2010.

SANTOS, A. A Escola Básica e a Educação Política para a Cidadania: provocações para um debate necessário. *Revista Parlamento e Sociedade*, São Paulo, v. 6, n. 11, 2018.

SANTOS, A. Pátria, Nação e Povo Brasileiro na produção didática de Manoel Bomfim e Olavo Bilac. Dissertação de Mestrado. PEPG Educação: História, Política, Sociedade. São Paulo: PUCSP, 2010.

SCHULZ, W. et.al. Education for Citizenship in Times of Global Challenge IEA International Civic and Citizenship Education Study 2022 International Report. Amsterdam: IEA, 2025.

TEIXEIRA, A. Educação para a democracia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

ZILLER, H.; RAMALHO, D.; ALMEIDA, I.; DANTAS, H. (orgs.) Transparência, responsabilidade e participação política: reflexões com base em conceitos e políticas públicas de educação. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2021.

Humberto Dantas é doutor em Ciência Política pela USP, com atuação destacada em educação política. Cumpriu estágio de pós-doutoramento na FGV-SP, na área de Administração Pública, com pesquisa sobre políticas de educação política. Parceiro em ações de educação política da KAS desde 2008. É professor universitário, palestrante e consultor em temas relacionados à democracia, cidadania e sistema eleitoral. Coordena a graduação em Gestão Pública da FipeEES e a pós-graduação em Ciência Política da FESP-SP. É consultor da ONG RenovaBR, presidente do Movimento Voto Consciente e conselheiro da Associação de Escola do Legislativo.